

LAZER E A ANIMAÇÃO TURÍSTICA EM CIDADES MÉDIAS: A CONTRIBUIÇÃO DOS IMAGINÁRIOS PRAÇA E PALCO

Susana Gastal¹

Universidade de Caxias do Sul
Caxias do Sul – RS – Brasil

RESUMO: Um dos fenômenos impactantes no cenário de globalização é não só a expansão da cidade, mas a expansão do Urbano para além de seus limites geográficos. As ditas cidades médias, entretanto, em geral ainda carecem de oferta de lazer qualificado. Partindo desses pressupostos, a presente reflexão tem por objetivo apresentar o imaginário Urbano semantizado pela Praça e pelo Palco, para que a Cidade se caracterize como tal. Praça e Palco, marcadas pelo estar juntos e pelo ver e ser visto – e daí a festa – podem se dar em pontos fixos no espaço urbano, mas também enquanto fluxos. Daí a necessidade de que sejam *animados* para se constituírem como tal, podendo a animação sociocultural e animação turística contribuir para a presença de ofertas de lazer que mobilizem os espaços, mas também as pessoas.

Palavras-chave: Lazer. Cidades Médias. Animação Turística. Praça. Palco.

LEISURE AND TOURISM ANIMATION IN MEDIUM-SIZED CITIES: CONTRIBUTIONS OF THE IMAGINARIES PLAZA AND STAGE

ABSTRACT: One of the most important phenomenon in the globalization scenario is the city's expansion and the expansion of the urban mentality beyond their geographical boundaries. Medium cities, however, generally still lack of qualified recreation. Based on these premises, this discussion aims to present that the Urban Imaginary is semanticized by Plaza and the Stage. Both are marked as spaces of being together and of seeing and be seen. So the presence of recreational offerings that mobilize people to get together and to see each other, may contribute to form the urban spirit in the city.

Keywords: Leisure. Middle cities. Tourist activities. Plaza. Stage.

OCIO Y ANIMACIÓN TURÍSTICA EN CIUDADES MEDIANAS: LA CONTRIBUCIÓN DE LOS IMAGINARIOS PLAZA Y ESCENA

RESUMEN: Uno de los fenómenos más importantes en el escenario de la globalización es la expansión de la ciudad y de la mentalidad urbana más allá de sus fronteras geográficas. Pero, las ciudades medianas generalmente carecen de la oferta recreativa especializada. Partiendo de estas premisas, la presente discusión tiene como objetivo presentar el imaginario urbano, semantizado por Plaza y lo por en Escena (Stage), como lo que caracteriza la ciudad como tal. Los dos son marcados como formas de quedar-se juntos y de mirar y de ser mirado. Las actividades de animación socio-culturales y de animación turística pueden contribuir para la presencia de ofertas recreativas que movilizan a los espacios y las personas.

¹ Doutora. Professora, pesquisadora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, RS.

Palabras-clave: Recreación. Ciudades Media. Animación turística. Plaza. En Escena.

Considerações iniciais

O cenário de globalização da economia, com seus desdobramentos sociais e culturais presentes no que tem sido denominado como momento pós-moderno, consolida-se a partir de mudanças desenhadas na segunda metade do século XX. Entre outras, destaco por sua inclusão como variável importante ao que será desenvolvido no presente artigo, a imposição do urbano e as exigências cada vez mais complexas das cidades, a desafiar gestores municipais no que se refere a seu planejamento e gestão, não só na busca do equilíbrio financeiro, mas, também, na promoção da qualidade de vida.

Para ambas, é necessário considerar não só a mobilidade crescente das pessoas, aí incluído o Turismo, mas não só; a pressão dos processos de globalização sobre as identidades locais; e as diferentes sustentabilidades, como a ecológica, a econômica, a política, a demográfica e a cultural, dentre outras, assim como itens que possam ser incluídos naquilo que as comunidades percebem como qualidade de vida. E aqui, a questão que proponho discutir: o porquê da pouca atenção dada ao lazer neste contexto, em especial nas cidades médias, mesmo naqueles municípios brasileiros que apresentem um bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Panosso Netto e Lohmann (2012) reportam a Dumazedier ao afirmar que, para este teórico, as funções do lazer seriam (a) o descanso, (b) o divertimento, recreação e entretenimento exercidos de maneira livre e voluntária e (c) o desenvolvimento. Implícito ao lazer, nesta visão, a figura de um tempo livre, em oposição a um tempo de trabalho, por tratar-se de atividade e conceito associados à sociedade pós-revolução industrial. Para os mesmos autores, entretanto, “em alguns países menos desenvolvidos, a classe trabalhadora conquistou o direito ao tempo livre, porém isso não significou acesso ao lazer” (PANOSSO NETTO; LOHMANN, 2012, p.75), por carência de recursos econômicos e de infraestrutura, ou mesmo por falta de uma educação para uso do tempo de não trabalho. Concluem que mesmo na dita época do ócio em que teoricamente viveríamos, haveria apenas um “grupo pequeno da sociedade que pode ter lazer e trabalhar no momento em que bem entender” (PANOSSO NETTO; LOHMANN, 2012, p.75). Me permito relativizar esta última afirmação, pois a questão mais premente não seria o desfrutar do lazer “no momento em que [se] bem entender”, mas a possibilidade de desfrutá-lo em algum momento do dia ou da semana, ou mesmo tê-lo como parte dos cotidianos.

Caride Gomes² torna essa questão mais complexa, quando afirma que aqueles que têm poder, “têm poder sobre o tempo: o tempo da obrigação, o tempo do sono, o

² Dr José Antonio Caride Gomes, em entrevista a Susana Gastal em 04.02.2013, na Universidade de Santiago de Compostela.

tempo da alimentação, o tempo do deslocamento. Há um contra-tempo aos ritmos das sociedades familiares: os tempos que devem ser livres. Tempo para mim mesmo, onde exercitamos nossa capacidade de decidir, de liberdade. E como toda situação, precisa ser aprendida”. O especialista reforça ainda mais o conflito temporal, ao afirmar:

[...] la supuesta objetividad de los tiempos del reloj mecánico, de los horarios y calendarios, que parecen ordenar de forma ‘natural’ nuestras sincronías en el tiempo, ‘esconden en realidad siglos de debate ideológico y conflicto político’ [...], producto de posicionamientos subjetivos, reveladores del poder ejercido por las religiones, los Estados y los sistemas productivos. A su influencia debemos la división ‘orgánica’ y ‘dinámica’ de nuestro quehacer social en distintos ciclos temporales (diario, semanal, anual, vital), moldeados y labrados históricamente, adaptados y adoptados universalmente a pesar de sus incoherencias (CARIDE GOMES, 2012, p. 303).

Assim posto, os alegados impedimentos econômicos, de infraestrutura e de educação para desfrute do lazer nas cidades médias quedam relativizados, pois esconderiam razões ideológicas mais profundas, que talvez ajudem a explicar as dificuldades locais em termos de implantação e execução de políticas de Lazer sistemáticas e qualificadas, levando a que o mesmo passe a integrar os cotidianos locais.

As cidades médias, “no imaginário dos moradores metropolitanos e interioranos seriam aquelas nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar – e até por em risco – a vida da maioria dos seus moradores” (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p.1). O conceito, mesmo que carregue as subjetividades do senso comum, as associa à qualidade de vida. A subjetividade e a imprecisão conceitual, entretanto, se dariam em termos acadêmicos, porque, segundo os mesmos autores, a expressão *ciudades médias* ainda careceria de alguma “definição cristalizada” (Idem, p.2) a ser compartilhada entre diferentes áreas de conhecimento:

Como se pode observar, o critério demográfico (embora cômodo e não-negligenciável) é capaz apenas de identificar o grupo ou a faixa que pode conter cidades médias. Outros critérios deveriam ser também levados em consideração na definição dessas cidades. Seja como for, não pode ser desprezado o fato de que alguns aspectos, como o tamanho demográfico, relações externas, estrutura interna e problemas sociais das cidades médias, podem variar bastante de país para país e de região para região, sendo, naturalmente, função do nível de desenvolvimento alcançado, da posição e das condições geográficas, e do estágio de processo de formação histórico-social de cada um desses países ou de cada uma dessas regiões (Idem, p. 2-3).

As definições imprecisas são fruto de estudos que, segundo Maria Encarnação Sposito, da Rede de Pesquisadores em Cidades Médias (ReCiMe), utilizam critério e metodologias adotados para o estudo de metrópoles: “Cidades médias não são

metrópoles menores. Há entre elas diferenças que não são quantitativas, mas qualitativas”³. Dados IBGE, utilizados pelo ReCiMe, registram que um quarto da população brasileira vive em cidades médias. Quanto ao considerá-las como espaços com maior qualidade de vida, para o ReCiMe tal estaria associado ao desfrute de meios coletivos de consumo (infraestrutura sanitária e urbana; equipamentos como escolas, hospitais e parques; serviços como de limpeza e transportes). Em cidades menores, em princípio, haveria um custo de vida mais baixo e menores distâncias a serem percorridas, aproximando as populações dos meios coletivos de consumo⁴.

As colocações apresentadas permitem considerar, em decorrência, que à Cidade enquanto expressão física de um aglomerado de casas é necessário acrescentar a concepção urbana – e de Urbano – presente no imaginário coletivo. Ou seja, seria pôr em pauta uma questão, de certa maneira anterior, questionando sobre que imaginários alimentariam o Urbano, levando a que uma localidade, independente de tamanho, índice populacional ou mesmo suporte econômico, possa ser tratada como ‘Cidade’⁵.

Em estudo anterior, a partir de uma teoria e de uma metodologia semiótica, apresentei como tese que seriam três as matrizes (ou imaginários) a alimentar o Urbano e, em decorrência, levando a que essa *urbanidade* materialize-se no que tratamos como Cidade. Destaquei, então, o Monumento, a Praça e o Palco⁶, como essenciais. A presença destes imaginários, entretanto, não se daria *sponte sua*, mas os mesmos devem ser ativados – ou melhor dizendo, ‘animados’ – para que se deem como tal, especialmente quando se trata da Praça e do Palco. Tal perpassaria pelo Lazer, e aqui vou considerar o que os portugueses tratam como animação sociocultural e, mais recentemente, como animação turística, entendendo-se aqui a presença de um tempo liberado e os modos de usufruto desse tempo quando associado ao uso e apropriação da Cidade por moradores e visitantes.

Nos termos apresentados, proponho discutir essas questões, retomando os imaginários que constituem o Urbano, o papel do lazer neste contexto (e mais especificamente da animação sociocultural e turística), inclusive na possibilidade de qualificar a cidade também para o Turismo. Políticas públicas e projetos privados que considerem o Lazer como prática cotidiana, significariam ações e resultados mais efetivos para qualificar as localidades para seus moradores e não apenas para usufruto de eventuais turistas, no contexto que do que tem sido tratado como ‘economia de experiência’, com uma ênfase talvez excessiva no econômico e num viés cultural por vezes duvidoso.

³ Conforme matéria intitulada “Médias cidades, grandes negócios e muitos problemas”, publicada na Revista Unesp Ciência, Ano 3, n. 29, de abril de 2012. Disponível em http://www.unesp.br/aci_ses/revista_unesciencia/acervo/29/cidademedia, acesso em 23 ago.2014.

⁴ Idem ibidem.

⁵ Outras reflexões sobre a cidade e sobre os imaginários são desenvolvidas em Gastal, 2005 e em Gastal e Moesch, 2007.

⁶ Retomo aqui, particularmente, o que está desenvolvido no livro Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio (2006) e artigo subsequentes.

A seguir, no primeiro momento retomo os imaginários Praça e Palco para aprofundar seu entendimento e, após, apresento suas interfaces com o lazer e animação sociocultural e turística, visando uma cidadania e um turismo ativos. Deixarei de lado a matriz Monumento, neste momento, por sua maior ênfase temporal, concentrando-me no espacial.

A cidade da praça e do palco

Pensar a Cidade a partir de um olhar semiótico supõe uma aproximação que exige aprofundar os conceitos Cidade e Urbano, entendendo-se a primeira como o espaço físico e as inter-relações socioculturais e econômicas ali efetuadas; e, o segundo, implicando um modo de vida, uma sensibilidade e uma cultura, vivenciadas como imaginário (HARVEY, 1992). O Urbano nasceu na Cidade, mas se espalhou para além dos seus limites, de maneira que, hoje, “para lá da cidade, ainda cidade” (ARGAN, 1992, p. 222). Não significa dizer que o Urbano possa viver sem a Cidade como suporte físico de experiências e fazeres: como o pastoral estaria para o campo, o Urbano está para a Cidade (JAMESON, 1995 e 1996).

Henry Lefebvre (1991) é outro que compartilha a diferenciação entre Cidade e Urbano, vendo na primeira a realidade imediata e, no segundo, a realidade social, pois o “urbano não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica” (Idem, p.49), mas seria composto de relações a serem concebidas e construídas pelo pensamento. Para o filósofo, esta posição significa olhar a Cidade como texto escrito e a realidade Urbana como conjunto de signos, um campo de relações de espaços e tempos compostos por ritmos cíclicos e durações lineares, “significantes cujos significados procuramos” (Idem, p. 81), isto é, realidades prático-sensíveis que permitam realizar o significante no espaço.

Percorrer a construção de sentido do Urbano pode ser uma maneira enriquecedora de alcançar uma aproximação mais precisa para a compreensão de como, em diferentes tempos e locais, a Cidade induziu comportamentos e maneiras de pensar que extrapolaram o momento histórico específico que os gerou, levando-os a povoar um imaginário que viria a constituir os signos Urbanos. Solucionar esta equação significa buscar como a Cidade, mais do que vivenciada, foi sonhada em diferentes momentos e como este sonho marcou, ou, como prefere Lefebvre (Idem, p.127), *fecundou* os momentos posteriores na forma de novos imaginários sobre a Cidade. Ou ainda, como proposto por Walter Benjamin, citando Jules Michelet, como “cada época sonha a que lhe seguir” (BENJAMIN, 1999, p.4).

Duas matrizes parecem fundamentais para nutrir o imaginário Urbano, desde os primórdios da constituição da Cidade, a Praça e o Palco (GASTAL, 2005, 2006). A Praça nasce do *estar-juntos* por razões políticas, comerciais ou lúdicas. Isso fará com que Le Goff (1992) afirme que, onde estiver a festa, lá estará a Praça. O Palco persegue uma trajetória semelhante. A Cidade que se constitui em festa, também tem como

consequência do *estar-junto*, o olhar e ser olhado. A visibilidade, que para alguns levaria à afetação e à encenação presentes na Cidade – a vida no campo, entre outras, por não ser percebida como encenada, seria mais ‘autêntica’ –, está no coração do Urbano: sair de casa e estar no espaço público com os outros, é o que constitui a gênese mais autêntica da Cidade. E, nestes termos, o Palco também povoará o imaginário Urbano.

Tais percursos de construção de sentido reportam ao mundo helênico. Já entre os gregos – e, depois, passando pelo mundo medieval – Praça e Palco tinham em comum a exaltação da esfera pública e, como significantes, o encontro, a troca (de mercadorias, de bens simbólicos, de crenças, saberes e história) e a celebração. A inter-relação complexa desses significantes marcará o Urbano e transparecerá na Cidade concreta na forma de prédios e distribuição espacial, legando à contemporaneidade um imaginário no qual a Praça, independente do espaço físico assim denominado, “pode estar onde quer que haja divertimento, convergência de curiosos, consumo cultural diversificado” (LE GOFF, 1992, p.207). O Palco tem no teatro o seu significado maior, mas não são apenas os atores quem vivem papéis e almeja a visibilidade. A Cidade passará a ter no Palco um dos seus textos mais importantes, pois, para além do espaço físico *teatro*, a cidade feita Palco será o lugar que todo urbanita buscará para o exercício do olhar, a visibilidade como valor significativo.

Os imaginários associados à Praça e ao Palco, assim construídos ao longo do tempo na sociedade ocidental, alimentarão o sonho e o ideal Urbano que a Cidade buscará materializar nos séculos subsequentes, quer no centro do núcleo interiorano, quer nas ruas comerciais das grandes metrópoles. Um texto que no imaginário pós-moderno, ao procurar reconstituir espaços de festa e de encontro, de trocas de bens materiais e de bens simbólicos com liberalidade de acesso e informalidade de uso – ou seja, a Praça –, permanecerá ativo. Na *alma* dos *shoppings centers* metropolitanos, nos *hall* de entrada de hotéis e edifícios corporativos, nos bares da Cidade ou na roda do cafezinho em escolas e escritórios, lá estarão Praça e Palco.

Se a Cidade é a materialização, no espaço, do Urbano, esta materialização não se restringe aos seus elementos *fixos*: praças, monumentos, igrejas, indústrias, casas, ruas e muitos outros. Em torno e no interior dos *fixos* há todo um mundo em movimento, onde circulam pessoas, mercadorias, relações sociais, manifestações culturais, para além do simples trânsito de veículos individuais ou coletivos. Eles constituem os *fluxos* que, junto com os *fixos*, formam a Cidade. Daí a tese de Argan de que a Cidade não *nasce*: ela *se forma*. Nesta lógica, a Praça – na sua origem, um fixo – fórum da festa e da sociabilidade e do encontro, torna-se, cada vez mais, um fluxo. Na condição de fluxo, abandona os espaços públicos de livre acesso, para transitar por espaços privados ou privatizados: *shoppings centers*, casas noturnas, parques de lazer, postos de gasolina...

Seria necessário, ainda, lembrar que, na Idade Média, as trocas culturais se davam na Praça. Ao longo da modernidade, as atividades econômicas e a cultura erudita deixam a Praça para abrigarem-se em espaços fechados, os *fixos*. Na

contemporaneidade, a cultura, que era um produto, aparece cada vez mais como um serviço. E este serviço, antes intrínseco a um fixo – galeria de arte, museu, teatro – passa a estar na fábrica, no campo de futebol, no meio do parque, incentivando sua condição de fluxo e, assim, diminuindo a importância do *lugar* para sua realização. Na transição da cultura produto à cultura serviço, também se passa do fixo, ao fluxo. Os novos fluxos culturais, liberados dos espaços auráticos modernos, reconstituirão Praça e Palco onde quer que pousem nas suas migrações e dar-se-ão agora, cada vez mais, como fluxo.

Praça e Palco manter-se-ão tanto como um *fixo*, em novos espaços públicos, como as ruas, ocupadas por caminhantes de fim-de-semana, adolescentes em *skates* ou crianças em bicicletas; ou, ainda, em espaços criados nos *shoppings* com a finalidade de incentivar o encontro, como o fazem as ditas *praças de alimentação*. Mas, cada vez mais, serão um *fluxo* que se dá onde quer que haja o desejo do estar-juntos para confraternização, para trocas de mercadorias ou para trocas simbólicas.

Sob a globalização, mesmo as cidades médias se veem afetadas pela aceleração dos fluxos. Nas sociedades pré-modernas ou tradicionais “la representación de la realidad y los relatos colectivos estaban determinados fundamentalmente por un territorio de referencia, una historia y una tradición común” (GONZÁLEZ, 2008, p.5) facilitando, portanto, os papéis, a atuação dos sujeitos e o sentimento de pertencimento. Nas sociedades contemporâneas,

[...] la globalización de flujos económicos, migratorios y culturales así como la ruptura de las coordenadas espacio temporales que introduce la comunicación en Red ha dado lugar a nuevos modelos de representación de la realidad, modelos en los cuales la percepción multimedia, la lectura hipertextual y la creación de comunidades virtuales, ha dado lugar a nuevas representaciones globalizadas, multiculturales, mestizas, y desterritorializadas, donde se conjugan elementos de la realidad global con elementos de la realidad local, dando así lugar a una cultura glocal en la que adquieren un peso específico tanto las identidades de las comunidades virtuales como las identidades culturales múltiples (GONZALEZ, 2008, p.5).

Para o mesmo teórico, os novos sentidos de pertencimento tornam as identidades pós-modernas, ou sob a globalização, como prefere Hall (2005), transterritoriais e multilinguísticas, levando a um sentimento de pertencimento mais difuso. A Praça e o Palco saem do território e migram para as redes sociais *on line*. Qual, então, o papel do Lazer nesse contexto?

Turismo e animação sociocultural

A expressão animação sociocultural (ASC) permite uma primeira aproximação, reportando à palavra latina *anima*, traduzível como alma, animar seria *dar alma*. O tempo e a evolução linguística deram à palavra – e à alma – um sentido mais laico e profano, mas a mesma se mantém, metaforicamente, com o significado de *dar vida a*. Acrescente-

se, ainda, o *animus* como o que “projecta-nos uma dimensão de *movimento e dinamismo*” (PERES e LOPES, 2009, p.9). Já a expressão *sociocultural* supõe a presença de um grupo de indivíduos – o social –, interagindo em especial através de suas manifestações culturais. Assim e num sentido lato, a animação sociocultural significaria dar alma ou trabalhar com a alma de comunidades, através de suas manifestações culturais.

No contexto de globalização, a animação sociocultural ganha força quando se torna necessário repactuar os vínculos interpessoais com a Cidade e com o território, buscando-se novos sentidos de participação e pertencimento que os torne menos difusos. Nesses termos, muitos são os aportes sobre a ASC que a colocam como ferramenta para atuação sem grupos e comunidades. Há os que a colocam no âmbito das “atividades sociais de índole cultural” (BENTO, 2007, p.2) ou uma “intervención pedagógica comunitaria con su especificidad y sus características propias” (SIRVENT; LOMAGNO; LLOSA, 2011, p. 39). Melo (2007) a explica como:

[...] uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica), pautada na ideia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca contribuir para permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude a nossa existência cotidiana, construída a partir do princípio do estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a ideia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática), sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para construção de uma sociedade mais justa (MELO, 2007, p 4-5)

Isso leva a que a ASC também seja vista como “uma metodologia activa/método [...] um conjunto de práticas [...] um conjunto de técnicas [...] um processo de consciencialização [...] uma intervenção [...] um percurso de desenvolvimento e autodesenvolvimento [...] um estímulo [...] uma Participação [...] e uma transformação” (AZEVEDO, 2008, pp. 2-3). Sinteticamente, é apresentada como “una práctica educativa fruto de las sinergias generadas por la intersección de tres procesos básicos y fundamentales en la vida de todo ser humano: el desarrollo individual, la identidad cultural y la vivencia de lo comunitario” (GONZÁLEZ. 2008, p.3). Para sustentar sua fala, González reporta a Paulo Freire e ao seu conceito *dialogicidade*:

Es la dialogicidad, tal y como la plantea Paulo Freire, el método de encuentro interactivo, basado en una comunicación horizontal entre iguales, de análisis crítico y colectivo de las realidades vitales, de diálogo problematizador, que va a permitir generar nuevas interpretaciones de la realidad y nuevos relatos individuales y compartidos, puntos de partida para la superación de las contradicciones del entorno, la toma de conciencia crítica, la decisión y, en definitiva el cambio o desarrollo personal y colectivo (GONZÁLEZ, 2008, p.2).

Melo (2007) também segue a linha crítica, ao salientar que, mesmo colocando a ASC no campo da Pedagogia Social, tal postura estaria longe de vê-la como uma ação conservadora, seja ela escolar ou não escolar, e defende, ainda referindo Freire, uma *alfabetização cultural*. Considera que, hoje, a sociedade estaria menos balizada “pelas antigas demonstrações de força, típicas das origens da sociedade capitalista” (p.2), e mesmo que a cultura mantenha seu “poder como disciplinadora e reguladora, são observadas iniciativas de resistência e subversão” (p.1). Aproxima, ainda, a ASC aos Estudos Culturais, alegando que esta, ao mesmo tempo em que apresenta uma preocupação com as expressões erudita, popular e de massa, leva ao rompimento desses “níveis culturais” (MELO, 2007, p.3). Indo contra uma tradição que separava a cultura do âmbito da política e da economia, encaminha o que denomina como “materialismo cultural” (Idem, p.6), por compreender os bens culturais na “lógica da produção, relacionados com os valores e sensibilidades que concedem existência concreta a sociedade” (Idem ibidem), pois “na ótica do materialismo cultural, os produtos não são meramente objetos, mas práticas sociais” (Idem ibidem).

Entretanto, nem todos os teóricos a associam ao fazer educativo, formal ou informal. Ander Egg (s.d.) defende que o “substancial da teoria e da prática da animação sociocultural, é a ideia de *participação*” (p.19, grifo do autor) e que, de acordo com esse pressuposto, deve recorrer a métodos participativos e flexíveis, pois as realidades são diferentes, devendo “adoptar-se e recriar-se por parte de quem a aplica” (Idem, p. 21). Caride Gomes (s.d.) pontua na mesma linha, ao afirmar que mesmo as pesquisas – e se pode acrescentar, as práticas – na área devem pautar “seus procedimentos em dinâmicas abertamente democráticas e participativas, superando as deficiências de um paradigma positivista ansioso por controlar, dirigir e manipular o curso dos acontecimentos” (Idem, p.117). Sugere, ainda, a pesquisa-ação (*action research*), como proposta por Kurt Lewin já nos anos 1940, como a metodologia mais adequada para “descrever processos de investigação que deveriam resultar – de forma simultânea – avanços teóricos e mudanças sociais” (Idem ibidem). Tais procedimentos supõem “a grande riqueza epistemológica que possuem as pessoas para indagar, explicar e modificar as suas realidades cotidianas” (Idem ibidem). O desenvolvimento metodológico proposto por Lewin para a pesquisa-ação suporia planejamento, atuação, observação e reflexão, considerando nas pessoas e grupos sua gradual autonomia, igualdade e cooperação não só no diagnóstico, mas na intervenção.

Tais corolários históricos teriam sido desvirtuados pelos próprios seguidores de Lewin nos anos posteriores, “renunciando ou adaptando seu enfoque a ideais menos ambiciosos. Nestes, a Investigação-Ação irá acomodar-se a fins essencialmente pragmáticos, sobretudo na Administração Pública e empresas, apreensivas dos efeitos que poderiam ter nas pessoas e nos colectivos sociais pensar de uma forma crítica” (CARIDE GOMES, s.d., p. 119). O mesmo se daria com muitas propostas no que se

refere ao Lazer – e à Animação Sociocultural – levando a que priorizem o contemplativo, a passividade e a apatia, em detrimento do ativo.

Coloca-se, portanto, a Animação Sociocultural, ainda pouco praticada na América Latina, como um instigante campo de estudos e de *praxis*. Convém destacar que a ideia do lazer, nestes termos, não é estranha ao Brasil. Gomes e Melo (2003, p. 26) registram que no País, “desde o século XIX as preocupações com o lazer da população já estavam presentes nos discursos de engenheiros e sanitaristas responsáveis pelas reformas urbanas típicas da modernidade”. Registram, ainda, escritos de Frederico Guilherme Gaelzer, nos anos 1930, no Rio Grande do Sul, e práticas da Prefeitura de São Paulo, na mesma década, tendo o Lazer como foco. Em Porto Alegre, haveria também a experiência do Centro de Estudos do Lazer (CELAR), entre 1973 e 1978, que buscava, no “processo de ampliação das políticas públicas voltadas para o lazer e implementadas pela Administração Pública de Porto Alegre [...], entre outras atribuições, administrar os ‘Centros de Comunidade’ [então recém-criados na cidade] através de um contrato de prestação de serviços entre a prefeitura de Porto Alegre e a PUC⁷. Tratava-se de um projeto integrado de pesquisa, formação e prática profissional” (HAHAL E MULLER, 2014, p.4). Beni (2013, p. 451) registra que nessa mesma década, em São Paulo, houve outra experiência considerada diferenciada para época:

Em 1979, a Diretoria de Planejamento da Empresa Paulista de Turismo (PAULISTUR SA), coordenada por Mario Beni, incrementou uma política de animação em espaços públicos, na cidade de São Paulo. Houve, naquele momento, disponibilização de estruturas e de condições políticas que permitiram exercer com ineditismo algumas intervenções para satisfazer as necessidades de um aglomerado urbano como São Paulo, SP, em termos de educação, lazer e cultura.

Mas, o que os estudos recentes parecem demonstrar, no Brasil não teríamos sabido como institucionalizar o lazer em práticas públicas e estudos acadêmicos, a exemplo do que tem sido feito em Portugal sob a denominação de animação sociocultural. Mais recentemente, os estudos portugueses também avançam na área com a denominada animação turística, ligando “a animação dos tempos livres ao fomento de formas mais imaginativas de turismo (a animação dos tempos livres dos outros visitantes), chamamos a atenção para os efeitos benéficos mútuos desses dois campos de acção municipal (e regional)” (GARCIA E PORTOS (1988) *apud* LOPES, 2009, p.134). A mesma citação de Lopes, ainda acrescenta:

O turismo sem animação local, não passa de “alugar areia e sol”: enquanto por outro lado, a animação local pode ser decisivamente sustentada pelo próprio fomento do turismo. [...] A ótica da Animação urbana (ou rural) é relativamente recente e apanhou desatenta a maioria dos municípios, presa a antigas formas de encarar, quer a cultura, quer o turismo: a cultura como somatório de actos pontuais, mais ou menos solenes, da divulgação das artes e do artesanato – a desobriga do inevitável pelouro cultural – e o

⁷ PUC – Pontifícia Universidade Católica, no caso citado, do Rio Grande do Sul.

turismo como atracção de hotéis e edição de desdobráveis. Ora, a animação é outra coisa e mexe com vários pelouros e serviços municipais: trata-se de conseguir uma continuidade e densidade de acontecimentos mobilizadores, provocados ou espontâneos, que faça com que a cidade ou uma região dê a escolher entre diversas oportunidades ou iniciativas e dê que falar, noutras cidades, do que vai acontecer (idem ibidem).

O contexto apresentado por Lopes permite retomar a concepção de Praça e Palco, como espaço de encontro da comunidade, semantizada pelo estar juntos e pelo ver e ser visto. Tivemos no Brasil, nas décadas finais do século XX, o abandono espaço da rua como inerente a essas práticas, quer na *flânerie*, quer na festa. A virada para o século XXI parece indicar uma reversão dessa tendência, com o ressurgimento, por exemplo, do Carnaval de rua e de outras expressões populares, percorrendo espaços públicos com livre acesso, ou seja, não delimitados por cobrança de ingresso ou pela aquisição de camisetas ou abadás.

Os recentes eventos associados à Copa Fifa 2014, em diferentes cidades brasileiras, mostraram a mesma tendência. Os espaços das Fifa Fan Fest⁸ e o Caminho do Gol⁹, em Porto Alegre – acontecimentos mobilizadores provocados – estiveram ocupados por turistas e pela comunidade local; além desses, os espaços mais procurados pelos turistas, na mesma Porto Alegre, foram o Centro Histórico (com destaque para o Mercado Público Central), a feira dominical Brique da Redenção e os corredores gastronômicos dos bairros Moinhos de Vento e Cidade Baixa, ou seja, acontecimentos mobilizadores que hoje são espontâneos na cidade. Em todos os casos citados, foram os espaços urbanos já consagrados pela população local como fórum de reunião (ou seja, como Praça) e do ver e ser visto (ou seja, Palco), os de maior presença de turistas. E os espaços de animação criados para Copa 2014, por sua vez, foram amplamente frequentados tanto por visitantes como por moradores.

Alguns encaminhamentos provisórios

Retomando o início dessa reflexão, instigada pela pouca atenção dada ao lazer nas cidades médias, considerando-as como tal não na perspectiva populacional, mas nos imaginários que as veem marcadas pela qualidade de vida. Considerarei, a seguir, que o imaginário Urbano ocidental, tem sido semantizado pelas matrizes Praça e Palco. Ou seja, a Cidade, para merecer tal denominação de maneira plena, deve constituir espaços abertos de reunião da comunidade, levando a que as pessoas saiam de suas casas não só para estarem com o Outro, mas para também verem e serem vistas. Não significa dizer que estes espaços sejam apenas os fixos, tradicionais na Cidade, mas que eles

⁸ Ver <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/fan-fest-e-sucesso-em-porto-alegre-4538395.html>>. Acesso em 17 ago.2014.

⁹ Ver <<http://www.portoalegre.travel/site/contdetalhes.php?idConteudo=12241>> ou <<http://portoimagem.wordpress.com/2014/06/19/um-show-de-imagens-caminho-do-gol-18-de-junho/caminho-do-gol-porto-alegre-2014/>>. Acesso em 17 ago.2014.

podem se materializar na feira, na cafeteria, nos corredores do supermercado, na porta do cinema, espontaneamente ou serem ativadas por intervenções de Lazer – Animação Sociocultural ou Animação Turística. Um exemplo de atividade planejada e desenvolvida foi o já referido Caminho do Gol, durante a Copa 2014, numa iniciativa do Comitê Local da Copa 2014 e da Prefeitura de Porto Alegre. Ao longo da avenida que liga o Centro Histórico à Arena Beira Rio, houve intervenções artísticas (muitas produzidas pelas torcidas visitantes), diversificada oferta de comida de rua, presença de postos de informações turísticas e de acesso livre à Internet, além de serviços de saúde, segurança pública, oferta de transporte em carros elétricos para portadores de necessidades especiais e disponibilização de serviços consulares, associados aos países cujas seleções estivessem jogando na cidade.

Portanto, a alegação mais frequente para a falta de oferta de lazer, que seria a da falta de recursos financeiros para instalação de infraestrutura, cai por terra, pois muitas das participações *animadoras*, o foram sem custos para os organizadores. Caso a comunidade não pratique sua cidade, são necessários alguns *acontecimentos mobilizadores provocados* iniciais, para ativar práticas que, ao que parece, depois tendem a se reproduzir de forma espontânea. E esta me parece ser a função por excelência da animação sociocultural, numa visão ampla do lazer que, como colocado por Panosso Netto e Lohmann (2012), reportando a Dumazedier, deve servir ao descanso, mas também ao divertimento, recreação e entretenimento, assim como ao desenvolvimento das pessoas e, acrescentaria, das cidades. ‘Usar’ a cidade é requisito primeiro e indispensável às neo-cidadanias, mesmo que sua articulação nasça nas redes sociais *on line*.

Nesta linha de reflexão e de possível encaminhamento de práticas, o turismo não é causa, mas consequência. Como o exemplo da Copa 2014 parece indicar, os turistas querem estar onde a população local estiver, seja nos restaurantes, nas feiras ou na festa. Cidade ‘desanimada’, isto é, sem ‘alma’, não anima turistas. Às mediações das intervenções de Animação Sociocultural e de Animação Turística, proponho que elas mantenham como horizonte ativar Praças e Palcos, nas cidades.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R.V. Evolução e perspectiva do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (orgs). **Cidades médias brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2001. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3081/4/Cap_1_evolucao.pdf>.

ANDER-EGG, E. Metodologia em animação sociocultural. In: LOPES, M.de S. **Metodologias de investigação em animação sociocultural**. Chaves Portugal: Intervenção, 2011, p.11-52.

ARGAN. G.C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AZEVEDO, C.A.S. Sobre a definição de Animação Sociocultural. **Revista Práticas de Animação**, Ano 2, n.1, 2008. Disponível em: <<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>>.

BENI, M. Turismo e animação cultural no espaço urbano. **Revista Rosa dos Ventos**, v.5, n.3, p. 451-459, 2013.

BENJAMIN, W. **The archades project**. Londres: Harvard University Press, 1999.

BENTO, A. Afinal Que Animadores Formar? **Revista Práticas de Animação**. Ano 1, n.0, 2007.

CARIDE GÓMEZ, J.A. Lo que el tiempo educa: el ocio como construcción pedagógica y social. **Arbor Ciencia, Pensamiento y Cultura**. v.188-754, p. 301-313, 2012.

CARIDE GÓMEZ, J.A. **A investigação-ação como processo metodológico na animação sociocultural**.

GARCIA, O.; PORTOS, N. Animação turística. **Revista de Acção Regional e Local - Cadernos Municipais**. Fundação Antero de Quental, Lisboa, 1988.

GASTAL, S. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

GASTAL, S. **Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio**. Campinas: Papius, 2006.

GASTAL, S. e MOESCH, M.M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GASTAL, S. Imaginário urbano: relendo o texto praça. **Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico**, v. II, p. 207-215, 2005.

GOMES, C.L.; MELO, V.A. de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, v..9, n.1, 2003. Disponível em

<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2661/1294>.

GONZÁLEZ, M.V. La animación sociocultural ante los retos de la sobremodernidad. **Revista Práticas de Animação** Ano 2, n.1, 2008.

HAHAL, D.; MULLER, D. Centro de Estudos Lazer e Recreação – CELAR/PUCRS (1973-1978). **Anais...** XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, Fortaleza, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

JAMESON F. **As marcas do visível**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

LE GOFF, J. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEFEBVRE, H. **O direito cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LOPES, M.de S. **Metodologias de investigação em animação sociocultural**. Chaves Portugal: Intervenção, 2011, pp.115-139.

LOPES, M. de S. Animação turística e âmbitos etários. In: PERES, N.A. e LOPES, M. de S. (org.) **Animação turística**. Chaves, Portugal: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, 2009, p.133 a 145.

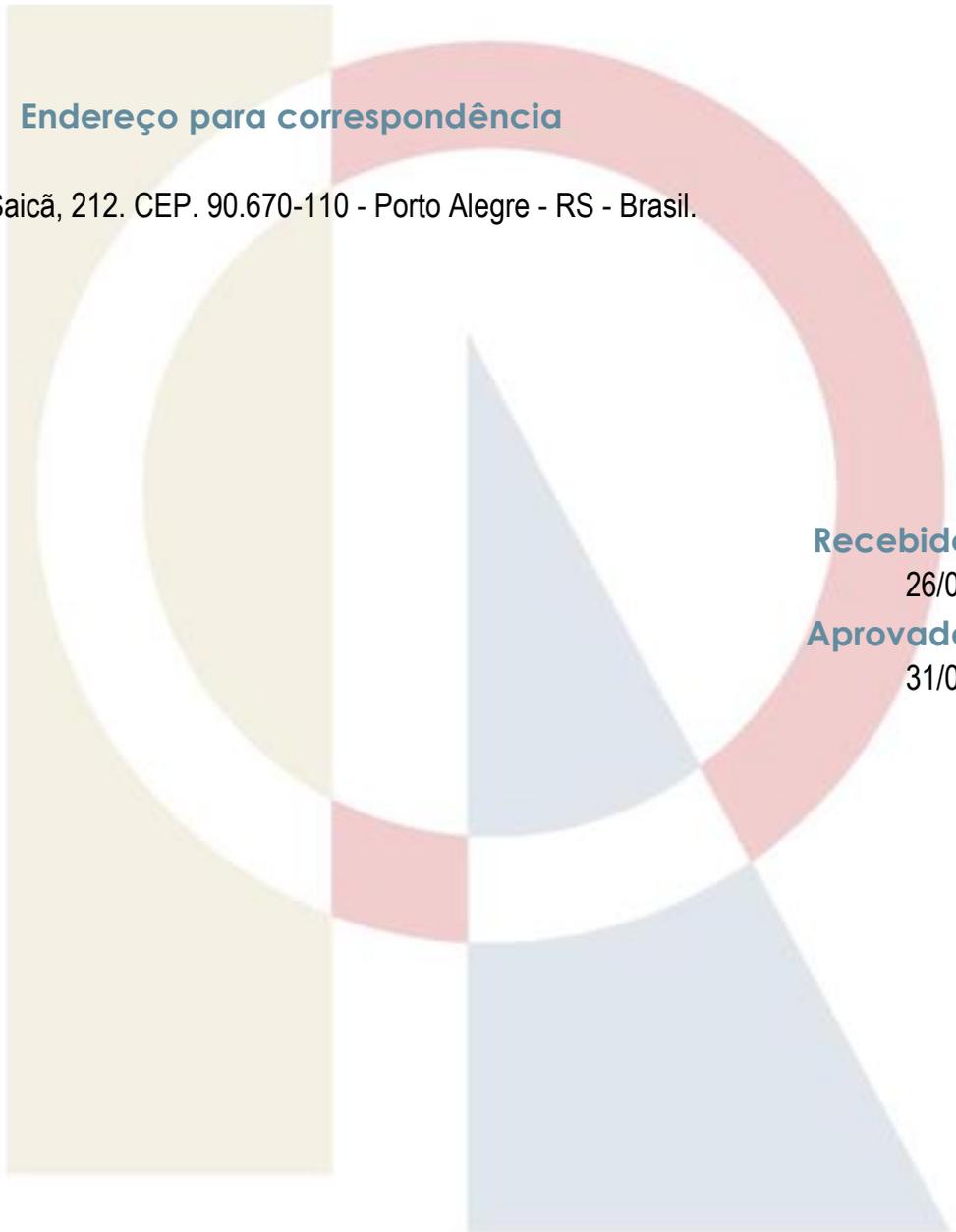
MELO, V.A. A animação cultural e os estudos culturais: diálogos. **Revista Práticas de Animação**. Ano 1, n.0, 2007.

NOGUEIRA, Pablo. Médias cidades, grandes negócios e muitos problemas. **Revista Unesp Ciência**, Ano 3, n. 29, abril, 2012. Disponível em http://www.unesp.br/aci_ses/revista_unespciencia/acervo/29/cidademedia, acesso em 23 ago.2014.

PANOSSO NETO, A.; LOHMANN, G. **Teoria do Turismo**. Conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2012.

PERES, N.A.; LOPES, M. de S. (org.) **Animação turística**. Chaves, Portugal: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, 2009, p.9-11.

SIRVENT M. T.; LOMAGNO, C.M.; LLOSA, S.M. Intervención comunitaria en contextos de pobreza en la ciudad de Buenos Aires desde una perspectiva de animación sociocultural e investigación acción participativa. **Revista Internacional Animación, territorios y prácticas socioculturales**, n.2, 2011.



Endereço para correspondência

Rua Saicã, 212. CEP. 90.670-110 - Porto Alegre - RS - Brasil.

Recebido em:

26/07/2014

Aprovado em:

31/07/2014